


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração
BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
			Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.564	16.916	80.349	60.350	44.195	108.216
Concessionárias	5	30.235	24.225	20.724	42.449	35.571	30.548
Impostos e contribuições sociais	6	3.483	3.467	16.667	3.973	4.131	17.472
Dividendos a receber	8	19.267	11.737	10.403			792
Estoques	10	4.545	3.824	238	6.325	5.441	611
Cauções e depósitos vinculados	11		4.912			5.388	
Despesas pagas antecipadamente			11	395		13	603
Outros créditos	12	2.702	2.927	3.411	2.751	3.015	3.547
		84.796	68.019	132.187	115.848	97.754	161.789
Não circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	5.795	8.157	6.950	5.795	8.157	6.950
Partes relacionadas	9	965	834	2.680		5	1.857
Cauções e depósitos vinculados	11	2.894	2.410	3.840	8.846	7.918	15.061
		9.654	11.401	13.470	14.641	16.080	23.868
Investimentos							
Propriedades para investimentos	14	4.481			4.490		
Imobilizado	15	468.623	457.980	409.213	705.368	703.101	654.953
Intangível	16	24.415	21.885	20.713	28.627	23.009	21.792
		686.418	677.769	620.822	738.485	726.110	676.745
Total do ativo		780.868	757.189	766.479	868.974	839.944	862.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
			Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado
Receitas	26	265.493	191.041	357.604	282.827
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(87.346)	(49.968)	(100.411)	(54.557)
Encargos de uso da rede elétrica	27	(94.111)	(59.385)	(109.568)	(67.546)
Custo de operação					
Pessoal		(14.437)	(14.207)	(15.247)	(14.602)
Materiais e serviços de terceiros		(10.538)	(10.599)	(13.409)	(12.794)
Depreciações e amortizações		(10.216)	(8.699)	(17.586)	(15.555)
Outros custos de operação		(935)	(749)	(1.076)	(839)
	27	(36.126)	(34.254)	(47.318)	(43.790)
		(130.237)	(93.639)	(156.886)	(111.336)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(1.064)	(790)	(1.064)	(790)
Lucro bruto		134.192	96.612	199.654	170.701
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas com vendas	27	276	(297)	420	(463)
Despesas gerais e administrativas		(22.357)	(14.830)	(27.371)	(18.811)
Depreciações e amortizações		(2.942)	(1.865)	(3.052)	(1.915)
Outras despesas e receitas operacionais	27	(6.366)	(7.401)	(8.133)	(9.596)
		(31.389)	(24.393)	(38.136)	(30.785)
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e participações societárias		102.803	72.219	161.518	139.916
Resultado das participações societárias	13	40.553	54.566		
Receitas financeiras		1.641	5.988	4.426	8.930
Despesas financeiras		(15.673)	(17.361)	(20.009)	(22.705)
Resultado financeiro	28	(14.032)	(11.373)	(15.583)	(13.775)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		129.324	115.412	145.935	126.141
Imposto de renda e contribuição social correntes		(18.525)	(11.845)	(31.230)	(15.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(2.558)	498	(2.558)	498
		(21.083)	(11.347)	(33.788)	(15.394)
Resultado líquido do exercício		108.241	104.065	112.147	110.747
Atribuível aos acionistas controladores				108.241	104.065
Atribuível aos acionistas não controladores				3.906	6.682
Resultado por ação atribuível aos acionistas	30				
Resultado básico por ação (Reais/Ação)		0,10818	0,10401	0,10818	0,10401
ON					
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)		0,10818	0,10401	0,10818	0,10401
ON					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
			Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado
Resultado líquido do exercício		108.241	104.065	112.147	110.747
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		(573)	(2.086)	(573)	(2.086)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		194	710	194	710
Resultado abrangente do exercício		107.862	102.689	111.768	109.371
Atribuível aos acionistas controladores				107.862	102.689
Atribuível aos acionistas não controladores				3.906	6.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
			Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO							
LÍQUIDO							
Circulante							
Fornecedores	17	24.312	38.337	18.764	27.237	41.125	26.373
Impostos e contribuições sociais	6	16.369	10.867	10.268	26.856	12.398	12.428
Dividendos	8	24.841	23.169	47.048	24.841	23.169	47.048
Partes Relacionadas	9	72		72			
Debêntures	18	2.275	1.713		2.275	1.713	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	12.802	12.908	50.594	18.880	19.301	59.129
Benefícios pós-emprego	20	310	140	102	314	141	102
Obrigações estimadas com pessoal	21	5.165	5.284	5.088	5.404	5.434	5.088
Encargos regulamentares e setoriais	22	6.038	2.087	1.327	6.936	2.494	1.651
Uso do bem público	23				779		
Provisões	24	421	492	488	919	1.208	1.110
Outras contas a pagar	12	835	405	404	1.120	445	407
		93.440	95.402	134.083	115.633	107.428	153.336
Não circulante							
Debêntures	18	119.600	119.459		119.600	119.459	
Empréstimos e financiamentos	19	18.152	30.255	42.358	70.207	88.185	106.420
Benefícios pós-emprego	20	7.547	6.326	3.780	7.547	6.326	3.780
Partes relacionadas	9	256	543	61.612	332	886	61.681
Encargos regulamentares e setoriais	22				334	276	250
Uso do bem público	23				2.334		
Provisões	24	1.549	9.559	8.956	2.228	10.205	9.676
Outras contas a pagar	12	10	34	59	10	34	59
		147.114	166.176	116.765	202.592	225.371	181.866
Patrimônio Líquido							
Capital social	25.1	263.436	263.436	263.436	263.436	263.436	263.436
Reservas de lucros	25.3.1	279.892	235.703	254.449	279.892	235.703	254.449
Outros resultados abrangentes	25.3.2	(3.014)	(2.635)	(1.259)	(3.014)	(2.635)	(1.259)
Prejuízos acumulados			(893)	(995)		(893)	(995)
		540.314	495.611	515.631	540.314	495.611	515.631
Participações não controladores		-	-	-	10.435	11.534	11.569
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		540.314	495.611	515.631	550.749	507.145	527.200
Total do passivo e patrimônio líquido		780.868	757.189	766.479	868.974	839.944	862.402

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
			Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		129.324	115.412	145.935	126.141
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(276)	297	(420)	456
Depreciações e amortizações		13.158	10.564	20.638	17.470
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		6.009	4.541	14.562	7.723
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		430	3.121		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		14.003	11.420	18.151	16.541
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		794	(560)	794	(560)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(716)	2.852	(640)	2.912
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(126)	49	(90)	130
Participações societárias		(40.553)	(54.566)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária		948	702	1.272	849
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(79)	(60)	(530)	(648)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		9	(288)	(25)	(356)
		122.925	93.484	199.647	170.658
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		(5.734)	(3.798)	(6.466)	(5.479)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(11.259)	(9.171)	(12.706)	(9.669)
Estoques		(721)	(3.586)	(884)	(4.830)
Cauções e depósitos vinculados		(433)	(3.426)	50	2.399
Despesas pagas antecipadamente		11	384	13	589
Outros ativos operacionais		225	484	256	548
		(17.911)	(19.113)	(19.737)	(16.442)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		(14.025)	19.573	(13.878)	14.752
Outros tributos e contribuições sociais		8.566	15.236	10.194	14.957
Benefícios pós-emprego		24	1.058	27	1.059
Obrigações estimadas com pessoal		(119)	196	(30)	346
Encargos regulamentares e setoriais		3.003	58	3.228	20
Provisões		(7.239)	(2.295)	(7.536)	(2.416)
Uso do bem público				3.113	
Outros passivos operacionais		406	(23)	652	18
		(9.384)	33.803	(4.230)	28.736
Caixa proveniente das atividades operacionais		95.630	108.174	175.680	182.952
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.891)	(6.303)	(17.040)	(9.993)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		82.739	101.871	158.640	172.959
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		41.598	46.224		790
Adições ao imobilizado e intangível		(37.175)	(66.125)	(47.928)	(75.640)
Partes relacionadas		(131)	1.846		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		4.292	(18.055)	<	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Em milhares de reais)							
	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	263.436	253.190	-	-	516.626	11.569	528.195
Ajuste de exercícios anteriores		1.259	(1.259)	(995)	(995)		(995)
Saldos em 1º de janeiro de 2012 (Reclassificado)	263.436	254.449	(1.259)	(995)	515.631	11.569	527.200
Dividendo adicional aprovado AGO 30/04/2012		(70.452)			(70.452)		(70.452)
Dividendo adicional aprovado - AGE de 08/11/2012		(25.000)			(25.000)		(25.000)
Lucro líquido do exercício				104.065	104.065	6.682	110.747
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal		5.198		(5.198)	-		-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		106		(106)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.257)	(27.257)		(27.257)
Dividendos propostos					-	(6.717)	(6.717)
Dividendo adicional proposto		71.402		(71.402)	-		-
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.086)		(2.086)		(2.086)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			710		710		710
Saldos em 31 de dezembro de 2012	263.436	235.703	(2.635)	(893)	495.611	11.534	507.145
(Em milhares de reais)							
	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	263.436	235.703	-	-	499.139	11.534	510.673
Ajuste de exercícios anteriores			(2.635)	(893)	(3.528)		(3.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)	263.436	235.703	(2.635)	(893)	495.611	11.534	507.145
Reversão de dividendos		36.403			36.403		36.403
Dividendo adicional aprovado AGO - 09/04/2013		(71.402)			(71.402)		(71.402)
Lucro líquido do exercício				108.241	108.241	3.906	112.147
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal		5.368		(5.368)	-		-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		2.615		(2.615)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)				(22.125)	(22.125)		(22.125)
Dividendos propostos				(6.035)	(6.035)	(5.005)	(11.040)
Dividendo adicional proposto		71.205		(71.205)	-		-
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(573)		(573)		(573)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			194		194		194
Saldos em 31 de dezembro de 2013	263.436	279.892	(3.014)	-	540.314	10.435	550.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					(Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado		Distribuição do valor adicionado	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
	Reclassificado		Reclassificado			Reclassificado		Reclassificado	
Geração do valor adicionado	342.994	282.923	455.190	390.480	Distribuição do valor adicionado				
Receita operacional	305.476	217.095	406.483	315.296	Pessoal				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	276	(297)	420	(456)	Remuneração direta	21.041	18.562	22.646	19.313
Receita relativa à construção de ativos próprios	37.175	66.125	44.816	75.640	Benefícios	3.586	3.278	3.671	3.300
Outras receitas	67		3.471		FGTS	1.012	1.618	1.069	1.642
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(162.121)	(146.692)	(196.858)	(170.926)	Impostos, taxas e contribuições				
Custos da energia comprada	(96.249)	(55.061)	(110.212)	(59.650)	Federais	57.880	38.197	79.974	48.657
Encargos de uso da rede elétrica	(7.455)	(10.377)	(10.006)	(13.949)	Estaduais	196	150	237	1.604
Materiais	(10.953)	(8.241)	(13.232)	(13.097)	Municipais	152	145	218	175
Serviços de terceiros	(42.571)	(72.547)	(54.455)	(83.449)	Remuneração de capitais de terceiros				
Outros custos operacionais	(4.893)	(466)	(8.953)	(781)	Juros	15.673	17.361	20.009	22.705
Valor adicionado bruto	180.873	136.231	258.332	219.554	Aluguéis	1.774	1.765	1.797	1.791
Retenções					Remuneração de capital próprio				
Depreciações e amortizações	(13.512)	(11.644)	(20.991)	(18.550)	Juros sobre capital próprio	22.125	27.257	22.125	27.257
Valor adicionado líquido produzido	167.361	124.587	237.341	201.004	Participações dos não controladores			3.906	6.682
Valor adicionado recebido em transferência					Dividendos e juros sobre capital próprio	6.035		6.035	
Receitas financeiras	1.641	5.988	4.427	8.930	Lucros retidos	80.081	76.808	80.081	76.808
Resultado da equivalência patrimonial	40.553	54.566				129.474	108.333	161.687	133.126
Valor adicionado total a distribuir	209.555	185.141	241.768	209.934		209.555	185.141	241.768	209.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Energest S.A. (Companhia ou Energest ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

A controlada Evreay Participações S.A. teve seu controle acionário transferido para a EDP - Energias do Brasil, controladora do Grupo EDP - Energias do Brasil, em 23 de dezembro de 2011 após anuência da SFF - Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 1º de agosto de 2013, a controlada Pantanal transferiu os ativos das Usinas CGH São João I com capacidade instalada de 0,664MW, CGH São João II com capacidade instalada de 0,600MW e CGH Coxim com capacidade instalada de 0,400MW, para duas Sociedades de Propósito Específico - SPEs (subsidiárias integrais da Pantanal), sendo os ativos das CHG São João I e CHG São João II aportados na empresa São João Energia Ltda. e os ativos da CGH Coxim aportados na Coxim Energia Ltda.

A controlada Pantanal celebrou junto a YU - Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. o "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças" dos ativos relacionados às usinas mencionadas acima no valor de R\$5.000 e, em 1º de setembro de 2013, ambas SPEs tiveram seu controle transferido para a YU. A Companhia, em 31 de dezembro de 2013, possui as seguintes participações nas controladas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação	
			Direta	
			31/12/2013	31/12/2012
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	Controlada	integral	51,00	51,00
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal)	Controlada	integral	100,00	100,00
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	Controlada	integral	100,00	100,00

1.1 Concessões

A Companhia e suas controladas Pantanal, Santa Fé e Costa Rica, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes concessões de geração em operação:

Empresas	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Concessão/ Autorização/ Registro	
							Início	Término
							Energest	UHE Mascarenhas
	UHE Suíça	Independente	Concessão	ES	33,90	18,91	17/07/1995	17/07/2025
	PCH Viçosa	Independente	Autorização	ES	4,50	2,52	19/05/1999	19/05/2029
	PCH São João	Independente	Autorização	ES	25,00	13,63	19/05/1999	19/05/2029
	PCH Alegre	Independente	Concessão	ES	2,06	1,16	17/07/1995	17/07/2025
	PCH Fruteiras	Independente	Concessão	ES	8,74	4,93	17/07/1995	17/07/2025
	PCH Jucú	Independente	Concessão	ES	4,84	2,62	17/07/1995	17/07/2025
	PCH Rio Bonito	Independente	Concessão	ES	22,50	9,40	17/07/1995	17/07/2025

Empresas	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Concessão/ Autorização/ Registro	
							Início	Término
							Pantanal	UHE Assis Chateaubriand (Mimoso)
Costa Rica	PCH Paraíso	Produtor Independente	Autorização	MS	21,60	12,59	23/12/1999	23/12/2029
	PCH Costa Rica	Produtor Independente	Autorização	MS	16,00	11,06	5/11/2001	5/11/2031
Santa Fé	PCH Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031

(*) Não auditado pelos auditores independentes

A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), negociados principalmente com terceiros e Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto prazo com terceiros e longo prazo, negociados com as partes relacionadas EDP Comercializadora, Escelsa e Pantanal.

1.1.1 Contratos de concessão da Controladora (UHES Mascarenhas e Suíça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucú e Rio Bonito)

O prazo das concessões das UHES da Controladora, poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 20 do artigo 40 da Lei nº 9.074/95, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei nº 10.848/04, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das usinas hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das UHES da Controladora estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei nº 9.648/98, e artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438/02, com redação dada pelas Leis nº 10.604/02 e nº 10.848/04.

Os contratos de concessão das UHES da Controladora estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

Por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 4.020/2013 e 3.926/2013, a UHE Suíça e as PCHs Alegre, Fruteiras, Jucú e Rio Bonito tiveram seu regime de exploração alterados de "Serviço Público" para "Produtor Independente". Em 31 de dezembro de 2013 os contratos de concessão ainda não estavam alterados para a modalidade de "Produtor Independente", os mesmos encontram-se com a ANEEL para alteração e assinatura.

1.1.1.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Para as UHES Mascarenhas e Suíça, a Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota 22.1).

1.1.2 Contrato de Concessão da controlada Pantanal (UHE Assis Chateaubriand)

O contrato de concessão estabelece que o critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

Na exploração da usina hidrelétrica, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O contrato estabelece, para comercialização de energia, que a concessionária aplique as tarifas homologadas pelo Poder Concedente e atenda a disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor elétrico após a assinatura do respectivo contrato. As tarifas são reajustadas anualmente.

A controlada Pantanal comercializa sua energia no ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com a EDP Comercializadora e terceiros.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Por meio do Despacho ANEEL nº 896/2013 a UHE teve seu regime de exploração alterado de "Serviço Público" para "Produtor Independente" e em dezembro de 2013 o contrato de concessão foi alterado.

1.1.2.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Para a UHE Assis Chateaubriand, a controlada Pantanal aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.1.2.2 Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto do Contrato de Concessão, a controlada Pantanal recolherá à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 4 de dezembro de 2013, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$746, corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 23).

1.1.3 Autorizações da Controladora (PCHs Viçosa e São João) e das Controladas Santa Fé (PCH Francisco Gros), Pantanal (PCH Paraiso) e Costa Rica (PCH Costa Rica)

O prazo das autorizações das PCHs vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99.

Na exploração das PCHs, as autorizadas terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

A controlada Santa Fé comercializa sua energia nos seguintes ambientes: Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CEARs), negociados principalmente com terceiros e Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com a EDP Comercializadora.

A controlada Costa Rica comercializa sua energia no ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de longo prazo, negociados com a EDP Comercializadora.

Ao final do prazo desta Autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

2 Base de preparação e Práticas contábeis**2.1 Base de preparação****2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que prevêm a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuarão sendo consolidadas até a data que cessará tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

b) Concessionárias (Nota 5)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos e por recebíveis de empresas de distribuição de energia elétrica decorrentes de operações de uso do sistema de transmissão.

c) Estoques (Nota 10)

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, que estão classificados na rubrica de Imobilizado, e os utilizados na operação e manutenção, que estão classificados na rubrica de Estoques, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel.

d) Propriedades para investimentos (Nota 14)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufera uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

e) Investimentos (Nota 13)**• Controladas**

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos em controlada, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

f) Imobilizado (Nota 15)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão, os ativos serão revertidos para a

União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Na data do término da concessão, para efeito de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL.

A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamentação a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Ativo intangível (Nota 16)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

• Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. O registro desta obrigação ocorrerá na data da assinatura do contrato em que os empreendimentos em operação tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa, a valor presente, e a contrapartida a conta de ativo intangível. A amortização ocorrerá pelo prazo indicado no contrato de concessão.

A amortização dos demais itens intangíveis é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

i) Licenças ambientais (Nota 16 e 24)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

j) Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia e suas controladas revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

k) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

l) Fornecedores (Nota 17)

Inclui, principalmente, o saldo a pagar a fornecedores de materiais, serviços, encargos de uso da rede elétrica e valores a pagar relativos à energia comercializada na CCEE. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

m) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 19 e 18)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação.

n) Provisões (Nota 24)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

o) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

p) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 29)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados, nas controladas Costa Rica e Santa Fé, conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Na Controladora e na controlada Pantanal, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2005. Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras das controladas conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.

q) Benefícios pós-emprego (Nota 20)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 20.

Os valores são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) nos termos da Deliberação CVM nº 695/12. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2013.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

r) Dividendos (Nota 8)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

s) Uso do bem público (Nota 23)

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da controlada Pantanal calculados até o final dos contratos de concessão e reconhecidos a valores presentes pelas taxas implícitas nos respectivos contratos.

t) Capital social (Nota 25.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

u) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, encargos de empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

v) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

w) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e suas controladas se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 2.2 item b); Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 2.2 item b); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (nota 2.2 item p); Recuperação dos ativos (*impairment*) (nota 2.2 item j); Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item x); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 2.2 item n); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (nota 2.2 item n e item i) e plano de Benefícios pós-emprego (nota 2.2 item q).

x) Instrumentos financeiros (Nota 31)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

y) Combinação de Negócios e Goodwill

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivo resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

O *goodwill* não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

z) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

aa) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 13.2).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas diretas;

- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas;

- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.4 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.4.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 21 - Impostos

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar um taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação.

Existem, adicionalmente, alterações incorporadas na IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - ‘Justo valor: mensuração e divulgação’, que vêm a ser corrigidas por meio desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

2.4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.**CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)**

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia avaliou os impactos da revisão deste CPC e não há efeitos significativos.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos quanto: (i) a eliminação da utilização do “método do corredor” passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações financeiras em Outros Resultados Abrangentes, (prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010); (ii) reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados; e (iii) reconhecimento da despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Os impactos na Companhia estão demonstrados na Nota 2.5.

CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas Demonstrações Financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Companhia avaliou os impactos da revisão deste CPC e há efeitos significativos.

CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.

CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

2.5 Reclassificações dos exercícios anteriores

Em janeiro de 2013 entraram em vigor os seguintes CPCs: CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 46. Alguns destes CPCs trouxeram mudanças nas práticas contábeis da Companhia e sua controlada e, conforme previsto no CPC 23, mudanças nas práticas contábeis requerem aplicação retrospectiva ao exercício apresentado comparativamente mais antigo.

Conforme requisito do CPC 26 (R1), quando a Companhia incorrer em mudança na política contábil ou reclassificação de saldos de exercícios anteriores, ela deverá apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior precedente ao período atual. Assim, para fins de comparabilidade, apresentamos os efeitos dos ajustes relativos a 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, conforme descrito abaixo:

(a) Mudança de prática

O CPC 33 (R1) trouxe mudanças de práticas contábeis para a Companhia quanto ao reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados que, anteriormente, eram diferidos pelo prazo médio da realização do benefício. Para fins de comparabilidade, foram feitos ajustes retroativos para atendimento das mudanças de práticas contábeis para melhor apresentação nos valores anteriormente divulgados.

(b) Reclassificações

A natureza das reclassificações são: CPC 26 (R1) - Apresentação líquida de ativos e passivos dos serviços em cursos relativos à P&D; (ii) CPC 33 (R1) - Reclassificação dos ganhos e perdas atuariais da rubrica Reservas de lucros para Outros resultados abrangentes; (iii) CPC 32 - a apresentação líquida de ativos e passivos dos tributos sobre o lucro; (iv) Reclassificação para a apresentação líquida dos demais tributos, que não os abrangidos pelo CPC 32.

2.5.1 Balanço Patrimonial

	Controladora						
	01/01/2012						
	Publicado	CPC 26 - Apresentação Liq. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	Saldo ajustado
Ativo							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	24.254				(6.173)	(1.414)	16.667
Outros créditos	5.989	(2.578)					3.411
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.437		513				6.950
Total do ativo	776.131	(2.578)	513	-	(6.173)	(1.414)	766.479
Passivo							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	17.855				(6.173)	(1.414)	10.268
Encargos regulamentares e setoriais	3.905	(2.578)					1.327
Não Circulante							
Benefícios pós-emprego	2.272		1.508				3.780
Patrimônio Líquido							
Reservas de lucros	253.190					1.259	254.449
Outros resultados abrangentes						(1.259)	(1.259)
Lucros (prejuízos) acumulados			(995)				(995)
Total do passivo e patrimônio líquido	776.131	(2.578)	513	-	(6.173)	(1.414)	766.479

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						
	01/01/2012						
	CPC 26 - Apresentação Líqu. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de Ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	Saldo ajustado	
Ativo	Publicado						
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	25.111			(6.225)	(1.414)	17.472	
Outros créditos	6.495	(2.948)				3.547	
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.437		513			6.950	
Total do ativo	872.476	(2.948)	513	-	(6.225)	(1.414)	862.402
Passivo							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	20.067			(6.225)	(1.414)	12.428	
Encargos regulatórios e setoriais	4.599	(2.948)				1.651	
Não Circulante							
Benefícios pós-emprego	2.272		1.508			3.780	
Patrimônio Líquido							
Reservas de lucros	253.190			1.259	(1.259)	254.449	
Outros resultados abrangentes						(1.259)	
Lucros (prejuízos) acumulados		(995)				(995)	
Total do passivo e patrimônio líquido	872.476	(2.948)	513	-	(6.225)	(1.414)	862.402
	Controladora						
	31/12/2012						
	CPC 26 - Apresentação Líqu. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de Ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	Saldo ajustado	
Ativo	Publicado						
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	13.130			(8.253)	(1.410)	3.467	
Outros créditos	3.338	(411)				2.927	
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.697		460			8.157	
Total do ativo	766.803	(411)	460	-	(8.253)	(1.410)	757.189
Passivo							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	20.530			(8.253)	(1.410)	10.867	
Benefícios pós-emprego	132		8			140	
Encargos regulatórios e setoriais	2.498	(411)				2.087	
Não Circulante							
Benefícios pós-emprego	4.981		1.345			6.326	
Patrimônio Líquido							
Reservas de lucros	233.068			2.635	(2.635)	235.703	
Outros resultados abrangentes						(2.635)	
Lucros (prejuízos) acumulados		(893)				(893)	
Total do passivo e patrimônio líquido	766.803	(411)	460	-	(8.253)	(1.410)	757.189
	Consolidado						
	31/12/2012						
	CPC 26 - Apresentação Líqu. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de Ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	Saldo ajustado	
Ativo	Publicado						
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	13.794			(8.253)	(1.410)	4.131	
Outros créditos	3.578	(563)				3.015	
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.697		460			8.157	
Total do ativo	849.710	(563)	460	-	(8.253)	(1.410)	839.944
Passivo							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	22.061			(8.253)	(1.410)	12.398	
Benefícios pós-emprego	133		8			141	
Encargos regulatórios e setoriais	3.057	(563)				2.494	
Não Circulante							
Benefícios pós-emprego	4.981		1.345			6.326	
Patrimônio Líquido							
Reservas de lucros	233.068			2.635	(2.635)	235.703	
Outros resultados abrangentes						(2.635)	
Lucros (prejuízos) acumulados		(893)				(893)	
Total do passivo e patrimônio líquido	849.710	(563)	460	-	(8.253)	(1.410)	839.944

2.5.2 Demonstração do resultado

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Publicado	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	Saldo ajustado	Publicado	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	Saldo ajustado
Lucro bruto	96.612	-	170.701	96.612	-	170.701
Despesas gerais e administrativas	(14.985)	155	(14.830)	(18.966)	155	(18.811)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	72.064	155	72.219	139.761	155	139.916
Resultado financeiro	(11.373)	-	(11.373)	(13.775)	-	(13.775)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	115.257	155	115.412	125.986	155	126.141
Imposto de renda e contribuição social diferidos	551	(53)	498	551	(53)	498
Resultado líquido do exercício	103.963	102	104.065	110.645	102	110.747

2.5.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

Controladora
A natureza das reclassificações são: (i) CPC 33 (R1) - Reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados impactando negativamente Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e a Provisão para plano de benefícios pós-emprego no valor de R\$155; (ii) Reclassificação para melhor apresentação dos saldos contábeis: Redução no valor de R\$465 na rubrica de Despesas pagas antecipadamente no grupo de Ajuste ao lucro para a rubrica Despesas pagas antecipadamente no grupo Ativos operacionais; Reclassificação no valor de R\$594 da rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas para Concessionárias.

Consolidado
A natureza das reclassificações são: (i) CPC 33 (R1) - Reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados impactando negativamente Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e a Provisão para plano de benefícios pós-emprego no valor de R\$155; (ii) Reclassificação para melhor apresentação dos saldos contábeis: Redução no valor de R\$689 na rubrica de Despesas pagas antecipadamente no grupo de Ajuste ao lucro para a rubrica Despesas pagas antecipadamente no grupo Ativos operacionais; Reclassificação no valor de R\$594 da rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas para Concessionárias.

2.5.4 Demonstração do Valor Adicionado

Controladora e Consolidado

As reclassificações na DVA referem-se: (i) CPC 33 (R1) - Reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados impactando positivamente a rubrica Remuneração direta (R\$155) e negativamente Impostos, taxas e contribuições - Federais (R\$53) em contrapartida da rubrica Lucros retidos (R\$102).

3. Eventos significativos no exercício

3.1 Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração e comercialização do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica - ABRACEEL, da Associação Brasileira de Geradores Termelétricas - ABRAGET, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu râteau entre todos os agentes do mercado de energia elétrica dos custos do despacho adicional de usinas termelétricas por razão de segurança energética, em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a previsão de compensação econômico-financeira.

Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representativas dos agentes de geração e agentes comercializadores, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no râteau dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em agosto/2013, o Tribunal Regional Federal - TRF deferiu o pedido da União para suspender os efeitos da liminar reestabelecendo a eficácia dos arts 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013 para os associados da ABRACEEL. No âmbito da ação ajuizada pela APINE, o TRF decidiu pela sua manutenção até julgamento final do recurso interposto pela União.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e das controladas classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão, de acordo com o CPC 25 - Provisões - passivos contingentes e ativos contingentes. O valor da contingência na Companhia é de R\$2.572 e Consolidado é de R\$3.752.

3.2 Início da operação da Unidade II da UHE Mascarenhas

Em 7 de fevereiro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 326, autorizou o início da operação comercial da unidade geradora II, de 49,5 MW de potência instalada. A unidade geradora II esteve paralisada no período de 8 de fevereiro de 2012 a 8 de fevereiro de 2013 para repotenciação. Com a entrada em operação comercial da unidade geradora II, a UHE Mascarenhas que está localizada nos municípios de Baixo Guandu e Aimorés, finaliza o processo de repotenciação de suas quatro unidades geradoras. O projeto de repotenciação das 4 unidades geradoras acrescentou 17,5 MW, totalizando hoje 198 MW de potência instalada.

3.3 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia e suas controladas aguardarão a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia e suas controladas elaboraram um estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	3.873	9.315	12.034	14.860
Aplicações financeiras - renda fixa	20.691	7.601	48.316	29.335
Total	24.564	16.916	60.350	44.195

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras da Controladora e do Consolidado referem-se, substancialmente, a Certificado de Depósito Bancário e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 90,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 31.3.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 Concessionárias

	Controladora						
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em	
						31/12/2013	31/12/2012
Circulante							
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	26.718			26.718		26.718	21.404
Energia de curto prazo	3.517			3.517		3.517	2.821
Total circulante	30.235			30.235		30.235	24.225
Não circulante							
Concessionárias			629	629	(629)		
Energia de curto prazo			629	629	(629)		
Total não circulante	-	-	629	629	(629)	-	-
	Consolidado						
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em	
						31/12/2013	31/12/2012
Circulante							
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	36.369	1.491		37.860		37.860	32.711
Energia de curto prazo	4.589			4.589		4.589	2.860
Total circulante	40.958	1.491	-	42.449	-	42.449	35.571
Não circulante							
Concessionárias			847	847	(847)		
Energia de curto prazo			847	847	(847)		
Total não circulante	-	-	847	847	(847)	-	-

O saldo em 31 de dezembro de 2013 é composto por valores a vencer e a Companhia e suas controladas entendem que a PCLD constituída no não circulante é suficiente para refletir a expectativa de perdas. A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 31.

6 Impostos e contribuições sociais

	Controladora							Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassifi- cação	Transferência	
	Reclassificado							
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	124		72	9.057	(1.394)		(7.859)	-
ICMS	13	11			(2)			24
PIS e COFINS	-	10.558					(10.258)	298
IRRF sobre aplicações financeiras	1.833	338					(1.158)	1.013
IRRF sobre juros s/capital próprio	-	430						430
Outros	1.497	352					(131)	1.718
Total	3.467	11.689	72	9.057	(1.396)	-	(19.406)	3.483
Circulante	3.467							3.483
	3.467							3.483
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	3.832	18.525	2	(3.834)			(9.148)	9.377
ICMS sobre diferencial de alíquota	67	1.041		(821)				287
PIS e COFINS	317	28.523		(15.270)	(1.396)		(10.258)	1.916
ISS	365	538	10	(764)				149
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	84	997	3	(1.061)		168		191
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	150	307		(401)				56
IRRF sobre juros s/capital próprio	4.089	3.319		(4.089)				3.319
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	-	2		(2)				-
Outros	1.963	5.891	66	(6.678)		(168)		1.074
Total	10.867	59.143	81	(32.920)	(1.396)	-	(19.406)	16.369
Circulante	10.867							16.369
	10.867							16.369
	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassifi- cação	Transferência	Saldo em 31/12/2013
	Reclassificado							
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	375		113	11.176	(1.967)	(199)	(9.457)	41
ICMS	23	11			(10)			24
PIS e COFINS	-	11.652			(2)		(11.352)	298
IRRF sobre aplicações financeiras	2.145	724			(46)	199	(1.666)	1.356
IRRF sobre juros s/capital próprio	-	430						430
ISS	-					8		8
Outros	1.588	351		24		(8)	(139)	1.816
Total	4.131	13.168	113	11.200	(2.025)	-	(22.614)	3.973
Circulante	4.131							3.973
	4.131							3.973
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	4.737	31.300	2	(5.864)	(232)		(11.268)	18.675
ICMS sobre diferencial de alíquota	(82)	1.161		(949)				130
ICMS	12			(2)	(10)			-
PIS e COFINS	646	36.356		(21.237)	(1.783)		(11.352)	2.630
ISS	422	787	17	(1.008)				218
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	96	1.263	3	(1.311)		172		223
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	181	375		(469)		(4)	6	89
IRRF sobre juros s/capital próprio	4.089	3.749		(4.089)				3.749
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	-	2		(2)				-
Outros	2.297	6.690	66	(7.743)		(168)		1.142
Total	12.398	81.683	88	(42.674)	(2.025)	-	(22.614)	26.856
Circulante	12.398							26.856
	12.398							26.856

6.1 IRRF sobre juros s/capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$3.319, conforme legislação (Nota 25.2) liquidado em janeiro de 2014.

6.2 Parcelamento de impostos - Leis nº 11.941/09 e nº 12.865/13

Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, reabrindo o prazo de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 para débitos que não foram incluídos no programa em 2009. O prazo para nova inclusão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2013 e a Companhia formalizou em dezembro junto à Receita Federal do Brasil - RFB a inclusão de débito de CSLL ao novo programa no montante de R\$6. O efeito da adesão ao novo programa foi uma redução de R\$2 (R\$1 de juros e R\$1 de multas e encargos) e o restante do débito foi quitado através de pagamento à vista no valor de R\$4.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Controladora e Consolidado				Exercícios findos em	
	Ativo				31 de dezembro de	
	31/12/2013		31/12/2012		2013	2012
	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.825	657	2.482	2.576	(94)	98
Benefício pós-emprego	1.944	700	2.644	1.731	717	168
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	379	136	515	3.680	(3.165)	300
Total diferenças temporárias	4.148	1.493	5.641	7.987	(2.542)	566
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças Ambientais - CPC 25	114	40	154	170	(16)	(68)
Total diferenças temporárias - RTT	114	40	154	170	(16)	(68)
Total Ativos Diferidos	4.262	1.533	5.795	8.157		498
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					(2.558)	498

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos, na Controladora e no Consolidado foi registrado em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$2.558 e a crédito de Patrimônio líquido em R\$194.

7.3 Resultados tributáveis futuros

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2013, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	Total		
	2014	2015	Não circulante
	3.012	2.783	5.795

8 Dividendos

Em 9 de abril de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$71.402 e JSCP no valor de R\$27.257, referentes ao exercício de 2012 a serem pagos no decorrer do exercício de 2013.

Em 18 de dezembro de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a reversão de parte dos dividendos declarados em 9 de abril de 2013 no valor de R\$36.403. Tais dividendos foram revertidos contra a rubrica Reserva de retenção de lucros no Patrimônio líquido.

Em 18 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$22.125, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	Controladora				Consolidado	
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
EDP - Energias do Brasil			24.841	23.169	24.841	23.169
Pantanal	16.290	8.576				
Santa Fé	2.977	3.161				
Total	19.267	11.737	24.841	23.169	24.841	23.169

9 Partes Relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 8, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

				Controladora				Receitas (despesas) no exercício			
				Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2013 (*)	Ativo		Passivo		2013	2012	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012	
Concessionárias											
Venda de energia elétrica	EDP Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,92			61			537	
	EDP Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	94,23			46			404	
	EDP Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	112,57			45			403	
	EDP Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	171,04		23	22		183	174	
	EDP Comercializadora	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022			54	50		631	533	
	EDP Comercializadora	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014			577	529		9.702	4.424	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			445	474		5.242	3.961	
	EDP Comercializadora	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014		5.688				66.495		
	EDP Comercializadora	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014		1.728				20.967		
	EDP Comercializadora	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014		240				2.128		
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012				942			8.174	
	EDP Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	211,59		413	392		4.566	4.324	
	EDP Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	195,87	1.959	1.862			21.661	20.515	
	EDP Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	189,74	3.073	3.063			25.748	24.483	
	EDP Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,11			118			975	
	EDP Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	99,17		80	45		599	374	
	EDP Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	118,46		37	30		280	247	
	EDP Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	170,03		51	46		386	366	
	EDP Escelsa	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2041	179,69					1		
	Pantanal	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014	97,15		40	33		425	394	
Serviços de consultoria ambiental e manutenção e operação da PCH Costa Rica	Costa Rica	01/07/2008	01/07/2008 a 30/06/2014			67	63				
						14.475	7.821	-	-	159.895	71.121
Outros Créditos											
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014			31	31			347	
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014							189	
	Pecem	01/02/2012	01/02/2012 a 31/01/2013				100			48	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014							100	
						31	131	-	-	421	1.053
Partes relacionadas											
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Santa Fé	19/10/2007				828	828				
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					83	7	(76)	(89)
	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					66	100	(417)	(1.143)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL					107	436	(968)	(436)
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	30/09/2012					6				
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP - Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 21/03/2013								(3.121)
	EDP - Energias do Brasil	08/11/2011	08/11/2011 a 17/06/2015					72			(306)
Serviços de consultoria ambiental	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			10				111	111
	Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			127				382	444
						965	834	328	543	(1.274)	(4.234)
Fornecedores											
Compra de energia elétrica (contratos bilaterais)	EDP Comercializadora	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012								(10.893)
Contrato de uso do sistema de distribuição	EDP Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					607	1.017	(6.101)	(8.726)
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025								(714)
						-	-	607	1.834	(6.101)	(20.333)
Total						996	965	935	2.377	(7.138)	(23.514)

Consolidado

				Controladora				Receitas (despesas) no exercício			
				Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2013 (*)	Ativo		Passivo		2013	2012	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012	
Concessionárias											
Venda de energia elétrica	EDP Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,92			61			537	
	EDP Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	94,23			46			404	
	EDP Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	112,57			45			403	
	EDP Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	171,04		23	22		183	174	
	EDP Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	180,47		41	34		332	385	
	EDP Comercializadora	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022			54	50		631	533	
	EDP Comercializadora	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014			577	529		9.702	4.424	
	EDP Comercializadora	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023				1.527			14.888	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014				95			362	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012				670			2.540	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012							5	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			445	474		5.242	3.961	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012				942			8.174	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012				534			3.553	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012				118			1.035	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012				460			3.157	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/01/2012							10	
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013						1.177		
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013						23		
	EDP Comercializadora	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014		5.688				66.495		
	EDP Comercializadora	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014		1.728				20.967		
	EDP Comercializadora	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014		240				2.128		
	EDP Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	211,59		413	392		4.566	4.324	
	EDP Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	195,87	1.959	1.862			21.661	20.515	
	EDP Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	189,74	3.073	3.063			25.748	24.483	
	EDP Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,11			118			975	
	EDP Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	99,17		80	45		599	374	
	EDP Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	118,46		37	30		280	247	
	EDP Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	170,03		51	46		386	366	
	EDP Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	180,47		41	37		332	315	
Uso do sistema de transmissão	EDP Bandeirante	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025							98	
	EDP Escelsa	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025							2.561	
	Lajeado Energia	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							18	
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							12	
Conexão do sistema de transmissão	EDP Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025							588	
						14.450	11.200	-	-	160.452	99.421
Outros Créditos											
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014			31	31			347	
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014							189	
	Pecem	01/02/2012	01/02/2012 a 31/01/2013				100			48	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014							100	
						31	131	-	-	421	1.053
Partes relacionadas											
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL					107	434	(968)	(436)
	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL					25	214	(404)	(214)
	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL								(40)
	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL					17	128	(251)	(126)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2013 (*)	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
Consolidado										
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				66	100	(417)	(1.143)
	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				3	2	(27)	(22)
	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014							(22)
	EDP Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014							(65)
	EDP Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				31		(31)	(89)
	EDP Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				83	8	(76)	(89)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP - Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011							(3.121)
	EDP - Energias do Brasil	08/11/2011	08/11/2011 a 17/06/2015				72		(306)	
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	30/09/2012				5				
						5				
Fornecedores							404	886	(2.480)	(5.278)
Compra de energia elétrica	EDP Comercializadora	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012					1.017		(10.893)
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012							(2.050)
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013				62		673	
Contrato de uso do sistema de distribuição	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013						105	(230)
	EDP Comercializadora		01/01/2012 a 31/12/2012							(8.726)
	EDP Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					817		(513)
	EDP Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025					44	(305)	(714)
	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025							(23.126)
Total						14.481	11.336	466	2.764	158.682
(*) Não auditado pelos auditores independentes.										

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, por meio do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL por meio do Ofício Circular nº 883, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012. No dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tivesse vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012, sendo o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Atualmente, a ANEEL está analisando o tema compartilhamento de recursos humanos no âmbito da Consulta Pública nº 12/2013, cujo período de contribuições encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos têm vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

As alterações nos percentuais de rateio devem ser submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL, e neste sentido, o Despacho nº 1.692, de 17 de maio de 2012, anuiu o primeiro Termo Aditivo dos Contratos da Sede em São Paulo.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, foram firmados os segundos Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. Até a publicação da anuência desses aditivos, em 7 de agosto de 2013, por meio do Despacho nº 2.807/13, os gastos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, foram assumidos integralmente pela EDP - Energias do Brasil e posteriormente repassados, em setembro de 2013, às Contratantes.

Com a venda de parte do terreno do Centro Operativo da EDP Escelsa, em junho de 2013, foram firmados os primeiros Termos Aditivos ao Instrumento Particular de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, firmado entre as empresas que compartilham gastos no estado do Espírito Santo (EDP Escelsa, Energest, Santa Fé, EDP Renováveis, EDP GRID e EnerPrev). Em 20 de novembro de 2013, por meio do Despacho nº 3.946, a ANEEL anuiu os documentos, ressaltando que se mantêm as exigências e condições constantes

11 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	31/12/2012	Circulante	Não circulante	31/12/2012
	31/12/2013	31/12/2013		31/12/2013	31/12/2013	
Depósitos judiciais		2.101	1.667		2.101	1.667
Cauções e depósitos vinculados	4.912	793	743	5.388	6.745	6.251
Total	4.912	2.894	2.410	5.388	8.846	7.918

11.1 Depósitos judiciais

O saldo apresentado no Consolidado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 refere-se a depósitos judiciais recursais, visto que as ações de natureza trabalhista e cível encontram-se em andamento.

11.2 Cauções e depósitos vinculados**Controladora**

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo de R\$4.912, refere-se ao depósito para participação no processo de compra e venda de energia na CCEE.

Consolidado

O saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$6.745 (R\$6.251 em 31 de dezembro de 2012) no Não circulante, refere-se ao contingenciamento e aplicação de recursos efetuado pela controlada Santa Fé, mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamentos firmados com as instituições financeiras.

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	54	68			54	68		
Dispêndios a reembolsar	1.954	1.954			1.954	1.954		
Bens destinados à alienação	131				186			
Serviços em curso		661				661		
Serviços prestados a terceiros	328	194			261	131		
Desativações e alienações em curso	181	30			241	90		
Outros	54	20			55	111		
Total	2.702	2.927	-	-	2.751	3.015	-	-
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos	300				555			
Folha de pagamento	479	337			501	373		
Outras	56	68	10	34	64	72	10	34
Total	835	405	10	34	1.120	445	10	34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Investimentos

13.1 Movimentação dos investimentos no exercício:

	Saldos em 31/12/2012	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Saldo em 31/12/2013	% Participação direta	
					31/12/2013	31/12/2012
Pantanal Energética	78.849	23.954	(32.145)	70.658	100,00	100,00
Costa Rica	12.006	4.064	(5.210)	10.860	51,00	51,00
Santa Fé	107.049	12.535	(12.203)	107.381	100,00	100,00
Total	197.904	40.553	(49.558)	188.899		

13.2 Participação direta dos investimentos

Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia					Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado Exercício	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Empresas	Ordinárias/Quotas	Ordinárias/Quotas	Capital social integrado	Capital votante	Capital social integrado	Capital votante										
Pantanal	23.390	23.390	100	100	100	100	103.735	91.422	33.077	12.573	70.658	78.849	54.703	49.418	23.954	34.301
Costa Rica	7.302	7.302	51	51	51	51	22.290	25.041	994	1.500	21.296	23.541	13.219	17.475	7.970	13.636
Santa Fé	86.371	86.371	100	100	100	100	171.319	176.858	63.938	69.809	107.381	107.049	25.806	26.676	12.535	13.311

14 Propriedades para investimentos

O saldo em 31 de dezembro de 2013 na Companhia de R\$4.481 e no Consolidado de R\$4.490, referem-se aos investimentos em terrenos e imóveis da Companhia e da controlada Pantanal, que não fazem parte da atividade operacional e estão avaliados ao custo de aquisição.

O valor justo destas propriedades em 31 de dezembro de 2013 feito de acordo com avaliação efetuada pela Companhia e sua controlada, com base em informações obtidas no mercado, é de R\$7.825. De acordo com a hierarquia de valor justo estabelecida pelo CPC 46, estas propriedades para investimento enquadram-se na mensuração de Nível 2.

15 Imobilizado

		Controladora							
		31/12/2013			31/12/2012				
		Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos									
			1.207		1.207		5.693		5.693
			132.387	(44.525)	87.862	2,57	109.475	(37.552)	71.923
		2,47	42.376	(21.301)	21.075	3,23	39.956	(21.069)	18.887
		3,33	296.037	(43.717)	252.320	4,31	322.868	(53.284)	269.584
		4,05	1.646	(610)	1.036	14,29	877	(505)	372
		14,29	481	(242)	239	6,52	464	(221)	243
		6,25	474.134	(110.395)	363.739		479.333	(112.631)	366.702
Transmissão									
Máquinas e equipamentos									
		2,71	623	(85)	538	2,71	622	(68)	554
			623	(85)	538		622	(68)	554
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias									
		4,00	89	(18)	71	4,00	89	(14)	75
		11,16	1.186	(375)	811	12,21	1.628	(455)	1.173
		14,29	912	(655)	257	14,29	1.080	(648)	432
		6,25	219	(97)	122	6,29	484	(262)	222
			2.406	(1.145)	1.261		3.281	(1.379)	1.902
			477.163	(111.625)	365.538		483.236	(114.078)	369.158
Imobilizado em curso									
Geração									
			102.370		102.370		88.653		88.653
			715		715		169		169
			103.085	-	103.085		88.822	-	88.822
			580.248	(111.625)	468.623		572.058	(114.078)	457.980
Total do Imobilizado em serviço									
Imobilizado em curso									
Total do Imobilizado em curso									
Total imobilizado									
Consolidado									
		31/12/2013			31/12/2012				
		Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos									
			5.982		5.982		10.484		10.484
			272.959	(73.550)	199.409	2,59	245.203	(63.358)	181.845
		2,58	101.559	(49.840)	51.719	3,25	101.198	(49.603)	51.595
		3,37	383.412	(72.275)	311.137	4,17	425.595	(83.403)	342.192
		4,08	1.986	(950)	1.036	14,29	1.251	(855)	396
		14,29	781	(382)	399	6,75	800	(414)	386
		6,25	766.679	(196.997)	569.682		784.531	(197.633)	586.898
Transmissão									
Terrenos									
			1		1		1		1
			96	(56)	40	3,55	96	(53)	43
		3,55	13.682	(2.086)	11.596	3,13	10.623	(1.411)	9.212
		3,11	13.779	(2.142)	11.637		10.720	(1.464)	9.256
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias									
		4,00	89	(18)	71	4,00	89	(14)	75
		11,16	1.186	(375)	811	12,21	1.628	(455)	1.173
		14,29	912	(655)	257	14,29	1.080	(648)	432
		6,25	223	(98)	125	6,29	489	(263)	226
			2.410	(1.146)	1.264		3.286	(1.380)	1.906
			782.868	(200.285)	582.583		798.537	(200.477)	598.060
Imobilizado em curso									
Distribuição									
			1		1		1		1
			122.051		122.051		104.871		104.871
			733		733		169		169
			122.785	-	122.785		105.041	-	105.041
			905.653	(200.285)	705.368		903.578	(200.477)	703.101
Total imobilizado									

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

		Controladora						
		Valor líquido em 31/12/2012	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2013
Imobilizado em serviço								
Terrenos								
		5.693		5.007	(2.196)	(4.486)		1.207
		71.923		2.641	(838)	(5)	13.133	87.862
		18.962		10.436	(9.794)	(27)	408	21.146
		271.311		763	(271)	(3)	(13.490)	253.669
		804		61	(53)	(61)	(51)	1.293
		465						361
		369.158	-	18.908	(13.152)	(9.376)	-	365.538
		88.822	33.392	(18.908)	-	(221)	-	103.085
		457.980	33.392	-	(13.152)	(9.597)	-	468.623
Consolidado								
		Valor líquido em 31/12/2012	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2013
Imobilizado em serviço								
Terrenos								
		10.484		5.795	(4.940)	(4.502)		5.984
		187.149		3.333	(2.013)	(3.690)	20.400	204.714
		51.715		13.026	(13.251)	(884)	(320)	51.831
		347.270		763	(294)	(789)	(20.020)	318.236
		828		113	(72)	(3)	(60)	1.294
		612						524
		598.060	-	23.030	(20.570)	(17.937)	-	582.583
		105.041	41.018	(23.030)	-	(244)	-	122.785
		703.101	41.018	-	(20.570)	(18.181)	-	705.368

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

		Controladora						
		Valor líquido em 31/12/2012	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2013
Imobilizado em serviço								
Terrenos								
		5.982		5.007	(2.196)	(4.486)		1.207
		272.959		2.641	(838)	(5)	13.133	87.862
		101.559		10.436	(9.794)	(27)	408	21.146
		383.412		763	(271)	(3)	(13.490)	253.669
		1.986		61	(53)	(61)	(51)	1.293
		781						361
		766.679	-	18.908	(13.152)	(9.376)	-	365.538
		122.785	33.392	(18.908)	-	(221)	-	103.085
		905.653	33.392	-	(13.152)	(9.597)	-	468.623
Consolidado								
		Valor líquido em 31/12/2012	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2013
Imobilizado em serviço								
Terrenos								
		10.484		5.795	(4.940)	(4.502)		5.984
		187.149		3.333	(2.013)	(3.690)	20.400	204.714
		51.715		13.026	(13.251)	(884)	(320)	51.831
		347.270		763	(294)	(789)	(20.020)	318.236
		828		113	(72)	(3)	(60)	1.294
		612						524
		598.060	-	23.030	(20.570)	(17.937)	-	582.583
		105.041	41.018	(23.030)	-	(244)	-	122.785
		703.101	41.018	-	(20.570)	(18.181)	-	705.368

Para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09, a Companhia realizou em 2013 a conciliação físico-contábil dos bens patrimoniais. Durante o levantamento, não ocorreram ajustes significativos em decorrência da conciliação, apenas a reclassificação entre classes de imobilizados para a melhor adequação da base do ativo imobilizado em atendimento à referida Resolução.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma em 31 de dezembro de 2013 entendemos que, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Intangível

	Controladora							
	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2013			31/12/2012			Valor líquido
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	
Intangível em serviço								
Geração								
<i>Software</i>	18,67	1.391	(1.193)	198	19,20	2.133	(1.650)	483
Servidão permanente		42		42		42		42
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	528	(526)	2	14,61	527	(448)	79
		1.961	(1.719)	242		2.702	(2.098)	604
Administração								
<i>Software</i>	20,00	2.004	(1.451)	553	20,00	698	(311)	387
		2.004	(1.451)	553		698	(311)	387
Total do Intangível em Serviço		3.965	(3.170)	795		3.400	(2.409)	991
Intangível em curso								
Geração		23.215		23.215		20.305		20.305
Administração		405		405		589		589
Total do Intangível em Curso		23.620	-	23.620		20.894	-	20.894
Total intangível		27.585	(3.170)	24.415		24.294	(2.409)	21.885

Consolidado

	Controladora							
	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2013			31/12/2012			Valor líquido
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	
Intangível em serviço								
Geração								
<i>Software</i>	17,61	1.475	(1.253)	222	17,16	2.387	(1.825)	562
Servidão permanente		140		140		237		237
Direito de concessão - Licenças ambientais	12,30	1.073	(1.071)	2	6,96	1.107	(1.028)	79
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		3.730	(618)	3.112				-
		6.418	(2.942)	3.476		3.731	(2.853)	878
Transmissão								
Servidão permanente		262	-	262	-	165	-	165
		262	-	262		165	-	165
Administração								
<i>Software</i>	18,78	2.134	(1.565)	569	20,00	698	(311)	387
		2.134	(1.565)	569		698	(311)	387
Total do Intangível em Serviço	0,00	8.814	(4.507)	4.307		4.594	(3.164)	1.430
Intangível em curso								
Geração		23.915		23.915		20.990		20.990
Administração		405		405		589		589
Total do Intangível em Curso		24.320	-	24.320		21.579	-	21.579
Total intangível		33.134	(4.507)	28.627		26.173	(3.164)	23.009

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora						Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012	
Intangível em serviço							
<i>Software</i>	870		165	(284)			751
Servidão permanente	42						42
Direito de concessão - Licenças ambientais	79			(77)			2
Intangível em curso							
Outros Intangíveis em curso	20.894	3.783	(165)		(892)		23.620
Total Intangível	21.885	3.783	-	(361)	(892)	(892)	24.415
	Consolidado						Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012	
Intangível em serviço							
<i>Software</i>	949		165	(318)	(5)		791
Servidão permanente	402						402
Direito de concessão - Licenças ambientais	79			(77)			2
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP			3.112				3.112
Intangível em curso							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	-	3.112	(3.112)				-
Outros Intangíveis em curso	21.579	3.798	(165)		(892)		24.320
Total Intangível	23.009	6.910	-	(395)	(897)	(897)	28.627

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão, de transmissão associadas à geração de energia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não são amortizadas.

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira e devem ser obtidas para a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deverá ser efetuada durante o período de vigência da licença.

17 Fornecedores

	Controladora				Consolidado			
	Circulante				Circulante			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica	6.052	1.958	6.242	1.898				
Encargos de uso da rede elétrica	638	903	1.026	947				
Operações CCEE	1.469	17.975	1.487	19.467				
Materiais e serviços	16.153	17.501	18.482	18.813				
Total	24.312	38.337	27.237	41.125				

18 Debêntures

18.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado						
									31/12/2013			31/12/2012			
									Encargos Circulante	Principal circulante	Principal Não Total	Encargos Circulante	Principal circulante	Principal Não Total	
Oliveira Trust	12.000	1	120.000	1ª emissão em 23/04/2012	23/04/2017	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX.	CDI + 0,98%	Principal anual a partir de abril/2016 e juro semestral	2.275	120.000	122.275	1.713	120.000	121.713	
(-) Custos de emissão			(635)					Amortização mensal			(400)	(400)		(541)	(541)
Total									2.275	119.600	121.875	1.713	119.459	121.172	

Para maiores informações a respeito das garantias, vide nota 32.2.

18.2 Mutação das debêntures do exercício:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor líquido em 31/12/2012	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013
Curto Prazo						
Debêntures						
Juros	1.713	(10.126)	10.688			2.275
Custo de transação	-			(141)	141	-
	1.713	(10.126)	10.688	(141)	141	2.275
Longo Prazo						
Debêntures						
Principal	120.000					120.000
Custo de transação	(541)			141		(400)
	119.459	-	-	141	-	119.600

18.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante

Circulante	2014	2.275	2.275	2016	59.624	2017	59.976	119.600	121.875	Total	As principais cláusulas dos contratos prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos públicos das respectivas emissões.
Não Circulante	2016	59.624	59.976	119.600	121.875	(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas, titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;					
	2017	59.976	119.600	121.875	121.875	(iv) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;					
	Total	119.600	121.875	121.875	121.875	(v) pedido de auto-falência;					
	2016	59.624	59.976	119.600	121.875	(vi) liquidação, dissolução ou decretação de falência;					
	2017	59.976	119.600	121.875	121.875	(vii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;					
	Total	119.600	121.875	121.875	121.875	(viii) perda da concessão, desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações; e					
	2016	59.624	59.976	119.600	121.875	(ix) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$50.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.					
	2017	59.976	119.600	121.875	121.875	Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos <i>covenants</i> , previstas no contrato de debêntures.					
	Total	119.600	121.875	121.875	121.875						

										Controladora							
										31/12/2013		31/12/2012					
										Encargos	Principal	Encargos	Principal				
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento								
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	Energest	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	106,6% do CDI	Principal anual e Juros semestral	673	9.600	9.600	19.873	773	9.600	19.200	29.573
BNDES	Energest	25.404	13/11/2009	20.004	15/06/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento		4,50% a.a. e 1,92% acima da TJLP	Principal e juros mensal	26	2.503	8.552	11.081	32	2.503	11.055	13.590
Total										699	12.103	18.152	30.954 Consolidado	805	12.103	30.255	43.163
										Encargos	Principal	Encargos	Principal				
Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	Energest	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	106,6% do CDI	Principal anual e Juros semestral	673	9.600	9.600	19.873	773	9.600	19.200	29.573
BNDES	Energest	25.404	13/11/2009	20.004	15/06/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento		4,50% a.a. e 1,92% acima da TJLP	Principal e juros mensal	26	2.503	8.552	11.081	32	2.503	11.055	13.590
Eletrobrás Reluz - ECF 1568/97	Costa Rica	5.375	04/11/1997	5.375	30/10/2010 a 31/05/2014	Construção da Usina Hidrelétrica Costa Rica.		5,00% + 1,50% a.a. (tx adm.)	Principal e juros mensal	2	237		239	6	532	196	734
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	i. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2. ii. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%. iii. Restrição de pagamento de dividendos.	1,90% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	160	5.679	52.055	57.894	176	5.679	57.734	63.589
Total										861	18.019	70.207	89.087	987	18.314	88.185	107.486
A forma de realização das dívidas é ao custo.																	
Para maiores informações a respeito das garantias, vide nota 32.2.																	
19.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício										Controladora							
										Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013	
Circulante																	
Empréstimos e Financiamentos																	
Principal										12.103	40.000	(52.103)		12.103	12.103		
Juros										805		(3.070)	2.964		699		
Custo de Transação										-	(210)			210	-		
										12.908	39.790	(55.173)	2.964	12.103	12.802		
Não circulante																	
Empréstimos e Financiamentos																	
Principal										30.255				(12.103)	18.152		
										30.255				(12.103)	18.152		
										Consolidado							
										Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013	
Circulante																	
Empréstimos e Financiamentos																	
Principal										18.314	40.000	(58.318)	41	17.978	18.015		
Juros										987		(7.193)	7.071		865		
Custo de Transação											(210)			210	-		
										19.301	39.790	(65.511)	7.112	17.978	18.880		
Não circulante																	
Empréstimos e Financiamentos																	
Principal										88.185				(17.978)	70.207		
										88.185	-	-	-	(17.978)	70.207		
19.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)																	
										Controladora				Consolidado			
Vencimento										Tipo de moeda							
Circulante										Nacional							
2014															12.802	18.880	
															12.802	18.880	
Não circulante																	
2015															12.103	17.782	
2016															2.503	8.182	
2017															2.503	8.182	
2018															1.043	6.722	
2019																5.679	
2020 até 2024																23.660	
															18.152	70.207	
Total															30.954	89.087	
20 Benefícios pós-emprego																	
A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.																	
Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.																	
Em 13 de dezembro de 2012 foi aprovada a deliberação CVM nº 695 que alterou o CPC 33 para versão (R1) com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013. Deste modo, os custos dos serviços passados começaram a ser reconhecidos integralmente no resultado do período em que ocorrem. A Companhia aplicou retrospectivamente ao exercício de 2011, data em que ocorreu o evento, esta mudança de política contábil com base no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.																	
										Controladora				Consolidado			
										Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
										31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012	
										Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado	
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA										12	12		12	12			
Assistência médica e seguro de vida										216	108	7.547	6.326	216	108	7.547	6.326
Previdência Privada										24				24			
Previdência Privada - EnerPrev										58	20			62	21		
										310	140	7.547	6.326	314	141	7.547	6.326
20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão																	
20.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável																	
A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, por meio de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.																	
A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, por meio de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.																	
A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2013 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir.																	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Saldo inicial reconhecido	
Custo do serviço corrente	
Custo dos juros	
Rendimento esperado dos ativos	
Custo do serviço passado	
Ganhos/(perdas) atuariais	
Contribuições pagas pela Companhia	
Contribuições pagas pelos empregados	
Benefícios pagos pelo plano	
Saldo final reconhecido	

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou que será reembolsado no futuro. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R\$152 (R\$183 em 31 de dezembro de 2012). O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$301 negativo, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$261, ocasionando assim uma perda atuarial de R\$562 não registrados no Patrimônio líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente. As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	31/12/2013	31/12/2012
		Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	Cotado	94,13%	89,12%
Ações	Cotado	3,47%	8,57%
Imóveis	Cotado	0,93%	0,88%
Outros	Não cotado	1,47%	1,43%
Total		100,00%	100,00%

Apresenta-se a seguir a composição do número de participantes dos planos.

	2013		2012	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos		35		41
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos				4
Aposentados e pensionistas	1	2	1	1
Total	1	39	1	5
Total	1	39	1	46

A análise de sensibilidade de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir:

Análise de sensibilidade	Plano I	Plano II
Pressupostos Centrais	545	653
Taxa de desconto		
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(20)	(16)
Redução na taxa de desconto em 0,5%	22	17
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	12	(3)

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha. As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2013		2012	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	12,00% a.a.	12,00% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017	6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

20.1.2 Plano de Contribuição Definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Companhia administra um plano PGBL, este contratado por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadoras, a Companhia e sua controlada Pantanal contribuíram no exercício com R\$749 (R\$572 no exercício de 2012 referem-se a Companhia e suas controladas).

Esse plano tem a adesão de 91 colaboradores da Controladora e 9 colaboradores de sua controlada Pantanal.

20.2 Auxílio Incentivo à aposentadoria (AIA), Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2013 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do exercício do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial.

	2013		2012	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(6.446)	(6.446)	(3.865)	(3.865)
Custo do serviço corrente	(199)	(199)	(143)	(143)
Custo dos juros	(595)	(595)	(392)	(392)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(573)	(573)	(2.086)	(2.086)
Benefícios pagos pelo plano	38	38	40	40
Saldo final reconhecido	(7.775)	(7.775)	(6.446)	(6.446)

A perda atuarial de R\$573 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2013, foi decorrente, principalmente, da revisão das premissas de fator de envelhecimento e a variação na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2012, houve perda atuarial de R\$2.086.

As contribuições esperadas pela Companhia para estes benefícios durante o exercício de 2014 são de R\$228. A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

22 Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/12/2012	Adições
Quota de reserva global de reversão - RGR	488	9.108	488	9.108
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.031	4.577	1.031	4.577
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	482	2.235	482	2.235
Taxa de fiscalização - ANEEL	86	936	86	936
Total	2.087	16.856	2.087	16.856
Total	2.087		2.087	

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/12/2012	Adições
Quota de reserva global de reversão - RGR	581	10.512	581	10.512
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.206	5.713	1.206	5.713
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	870	2.565	870	2.565
Taxa de fiscalização - ANEEL	113	1.265	113	1.265
Total	2.770	20.055	2.770	20.055
Total	2.770		2.770	

	2013			2012		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo do plano dos ativos	Restrição de reconhecimento de ativo
	(1.516)	2.829	(1.313)	(1.187)	2.643	(1.456)
	(105)		105	(51)		51
	(139)		139	(118)		118
		261	(261)		292	(292)
	(149)		149			-
	668	(562)	(106)	(201)	(80)	281
		25	(25)		15	(15)
	(17)	17	-	(7)	7	-
	59	(59)	-	48	(48)	-
	(1.199)	2.511	(1.312)	(1.516)	2.829	(1.313)

	2013		2012	
	Assistência médica e Seguro de vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência médica e Seguro de vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente			199	143
Custo dos juros			595	392
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado			794	535
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido				
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas demográficas				763
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência				2.940
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras				(3.130)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes			573	2.086
Total			1.367	2.621

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem (Nota 25.3.2). O saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social é de R\$3.014 em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.635 em 31 de dezembro de 2012).

O número de participantes considerados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

	2013		2012	
	Assistência médica e Seguro de vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência médica e Seguro de vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)
Participantes ativos	110	1	99	1
Participantes assistidos				
Aposentados e pensionistas	12	-	7	-
Total	122	1	106	1

A análise de sensibilidade de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir:

Análise de sensibilidade	Auxílio Incentivo a Aposentadoria	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados
Pressupostos Centrais	12	7.453	309
Taxa de desconto			
Aumento na taxa de desconto em 0,5%		(510)	(26)
Redução na taxa de desconto em 0,5%		568	29
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real		183	5

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha. As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2013		2012	
	AIA	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	12,00% a.a.	12,00% a.a.	12,00% a.a.	12,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017	6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	n/a	n/a
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,59% a.a. em 2014, reduzindo linearmente para 6,05% a.a. até 2025	n/a	n/a
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2013		2012	
	AIA	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	n/a	n/a	6,90% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	n/a	n/a	5,00% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6,0% a.a. até 2024	n/a	n/a
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21 Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	4.592	4.230	4.805	4.366
INSS e FGTS	573	1.054	599	1.068
Total	5.165	5.284	5.404	5.434

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL n° 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa n° 504/12. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e está apresentado líquido de todos os investimentos realizados.

23 Uso do Bem Público

Conforme mencionado na nota 1.1.2.2, a controlada Pantanal teve a sua modalidade alterada de Serviço Público para Produtor Independente e, portanto, passou a ser uma concessão com pagamento do Uso do bem público.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto do Contrato de Concessão, a controlada Pantanal recolherá à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 4 de dezembro de 2013, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$746, corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Em 31 de dezembro de 2013 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante. Os

24 Provisões

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisões cíveis e trabalhistas			1.516	9.471			1.986	9.865
Licenças ambientais	421	492	33	88	919	1.208	242	340
Total	421	492	1.549	9.559	919	1.208	2.228	10.205

24.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

24.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora									
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Passivo				Ativo			
			Baixas		Atualizações Monetárias	Reclassificação	Depósito Judicial		Saldo em 31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.770	Adições	Pagamentos	Reversões			Saldo em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	6.701	591	(1.345)	(786)	286		1.516	1.661	1.193
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	-	80	(5.894)	(865)	(22)		-	102	-
Total		9.471	673	(7.239)	(1.651)	266	(4)	1.516	1.763	1.193
Não circulante		9.471						1.516	1.763	1.193
Total		9.471						1.516	1.763	1.193

	Consolidado									
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Passivo				Ativo			
			Baixas		Atualizações Monetárias	Reclassificação	Depósito Judicial		Saldo em 31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.770	Adições	Pagamentos	Reversões	286		1.516	1.661	1.193
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	7.095	80	(5.894)	(865)	54		470	102	-
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	-	2			2	(4)	-	-	-
Total		9.865	673	(7.239)	(1.651)	342	(4)	1.986	1.763	1.193
Não circulante		9.865						1.986	1.763	1.193
Total		9.865						1.986	1.763	1.193

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

Cíveis

A Companhia era parte em procedimento arbitral n° A70309 em trâmite perante a Câmara de Mediação e Arbitragem do Instituto de Engenharia de São Paulo. Proposta pela EDEX Engenharia, contra a empresa Energest S.A. sucessora legal por incorporação de Castelo Energética S.A., que pleiteou o descumprimento de obrigações estabelecidas no Contrato celebrado entre a CESA e a EDEX, para construção da PCH - São João. A Companhia efetuou pagamento no valor de R\$5.813 referente à condenação sofrida no Procedimento Arbitral, havendo a retenção, por parte da Companhia, da quantia aproximada de R\$1.005, referente as ordens de bloqueios expedidas pela Justiça do Trabalho em desfavor da EDEX. Com o encerramento definitivo da ação, não existe provisionamento realizado em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.701 em 31 de dezembro de 2012).

24.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora					Consolidado				
	Instâncias	31/12/2013	31/12/2012	Ativo		31/12/2013	31/12/2012	Ativo		
				Depósito Judicial				31/12/2013	31/12/2012	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	4.010	3.563	168	159	4.010	3.563	168	159	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	680	638			680	638			
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	3.836	3.480			3.977	3.615			
Total		8.526	7.681	168	159	8.667	7.816	168	159	

24.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista na extinta controlada CESA, que foram incorporados pela Companhia, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 é de R\$170 (R\$315 em 31 de dezembro de 2012).

24.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs e PCHs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu contra o Imobilizado e Intangível, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

25 Patrimônio líquido**25.1 Capital social**

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$263.436. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	1.000.572.259	100,00	1.000.572.259	100,00
Outros	5		5	
Total	1.000.572.264	100,00	1.000.572.264	100,00

25.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2013
Lucro líquido apurado no exercício	108.241
Prejuízo acumulados	(893)
Lucro líquido ajustado	107.348
Constituição da reserva legal - 5%	(5.368)
	101.980
Destinação do lucro	101.980
Dividendos intermediários - JSCP	22.125
Dividendos - Energias do Brasil	6.035
Reserva de Incentivo Fiscal	2.615
Dividendo adicional proposto	71.205
Quantidade de ações	1.000.572.264
Dividendos por ação - R\$- JSCP	0,00002
Dividendos por ação - R\$- Dividendos complementares	0,00007

25.3 Reservas

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Outros resultados abrangentes	25.3.2		
(Perda)/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego		(4.566)	(3.993)
IRPJ/CSLL Diferido		1.552	1.358
		(3.014)	(2.635)
Reservas de lucros			
Legal	33.984	28.616	
Retenção de lucros	25.3.1	160.760	124.357
Dividendo adicional proposto		71.205	71.402
Incentivos fiscais		13.943	11.328
		279.892	235.703
Total		276.878	233.068

pagamentos foram iniciados a partir de 15 de janeiro de 2014.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 16) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecido de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Os saldos estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de remuneração de capital (WACC) que é de 7,6%. Segue abaixo movimentação do exercício:

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2012	Ingressos	Ajuste a Valor Presente	Saldos em 31/12/2013
Circulante				
Uso do Bem Público	-	808	(29)	779
		808	(29)	779
Não Circulante				
Uso do Bem Público	-	2.923	(589)	2.334
		2.923	(589)	2.334

25.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei n° 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

De acordo com o Estatuto Social a Assembleia Geral dos Acionistas, prevista para abril de 2014, deliberará a distribuição de dividendos propostos.

25.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM n° 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2012	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2013
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.635)	3.130	(3.703)	194	(3.014)
	(2.635)	3.130	(3.703)	194	(3.014)

26 Receitas

	Controladora			
	MWh (*)		R\$	
	2013	2012	2013	2012
Suprimento de energia elétrica	1.857.803	1.827.414	297.025	204.389
Energia de curto prazo			6.050	10.162
	1.857.803	1.827.414	303.075	214.551
Receitas com operações de energia elétrica	1.857.803	1.827.414	303.075	214.551
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão				
Outras receitas operacionais			2.402	2.544
Receita operacional bruta	1.857.803	1.827.414	305.477	217.095
(-) Deduções à receita operacional			(39.984)	(26.054)
Tributos sobre a receita			(28.641)	(20.205)
PIS/COFINS			(28.522)	(20.081)
ISS			(119)	(124)
Encargos do consumidor			(11.343)	(5.849)
P&D			(2.235)	(1.737)
RGR			(9.108)	(4.112)
Receita	1.857.803	1.827.414	265.493	191.041
(*) Não auditado pelos auditores independentes				

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2013	2012	2013	2012
Suprimento de Energia elétrica	2.428.382	2.411.040	396.043	298.327
Energia de curto prazo			9.278	15.375
	2.428.382	2.411.040	405.321	313.702
Receitas com operações de energia elétrica	2.428.382	2.411.040	405.321	313.702
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão				
Outras receitas operacionais			1.162	1.594
Receita operacional bruta	2.428.382	2.411.040	406.483	315.296
(-) Deduções à receita operacional			(48.879)	(32.469)
Tributos sobre a receita			(35.802)	(25.210)
ICMS				(1.401)
PIS/COFINS			(35.683)	(23.685)
ISS			(119)	(124)
Encargos do consumidor			(13.077)	(7.259)
P&D			(2.565)	(2.030)
RGR			(10.512)	(5.229)
Receita	2.428.382	2.411.040	357.604	282.827
(*) Não auditado pelos auditores independentes				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27 Gastos operacionais

	Controladora							2012	
	2013								
	Custo do serviço			Despesas operacionais					
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total		Total
Não gerenciáveis									
Energia elétrica comprada para revenda									
Moeda nacional	87.346						87.346	49.968	
Encargos de uso da rede elétrica	6.765						6.765	9.417	
Taxa de fiscalização						936	936	1.033	
Compensações financeiras						4.577	4.577	4.700	
	94.111	-	-	-	-	5.513	99.624	65.118	
Gerenciáveis									
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.437	165		10.011		24.613	23.264	
Material		980	69		159		1.208	1.340	
Serviços de terceiros		9.558	830		8.583		18.971	16.933	
Depreciação		9.930			2.868		12.798	10.069	
Amortização		286			74		360	495	
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				(276)			(276)	297	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						(980)	(980)	1.493	
Aluguéis e arrendamentos		92			1.663		1.755	1.746	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						1.833	1.833	32	
Outras		843			1.941		2.784	(1.965)	
	-	36.126	1.064	(276)	25.299	853	63.066	53.704	
Total	94.111	36.126	1.064	(276)	25.299	6.366	162.690	118.822	
	Consolidado								
	2013							2012	
	Custo do serviço			Despesas operacionais					
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis									
Energia elétrica comprada para revenda									
Moeda nacional	100.411						100.411	54.557	
Encargos de uso da rede elétrica	9.157						9.157	12.989	
Taxa de fiscalização						1.296	1.296	1.385	
Compensações financeiras						5.711	5.711	5.803	
	109.568	-	-	-	-	7.007	116.575	74.734	
Gerenciáveis									
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		15.247	165		10.742		26.154	24.041	
Material		1.187	69		425		1.681	2.016	
Serviços de terceiros		12.222	830		12.433		25.485	22.739	
Depreciação		17.267			2.977		20.244	16.890	
Amortização		319			75		394	580	
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				(420)			(420)	456	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						(980)	(980)	1.493	
Aluguéis e arrendamentos		92			1.686		1.778	1.772	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						2.107	2.107	737	
Outras		984			2.085	(1)	3.068	(2.547)	
	-	47.318	1.064	(420)	30.423	1.126	79.511	68.177	
Total	109.568	47.318	1.064	(420)	30.423	8.133	196.086	142.911	

27.3 Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado

O saldo de energia elétrica comprada para revenda apresentou um aumento de 80,9%, passando de R\$54.577 no exercício de 2012 para R\$100.411 no exercício de 2013.

Em 2013 houve aumento expressivo do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD médio em relação ao ano anterior, sendo de R\$263,96/MWh em 2013 contra R\$161,32/MWh em 2012. Adicionalmente, a sazonalização da garantia física, a necessidade de aumento da cobertura contratual para proteção ao PLD e as compras para redução dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, contribuíram para o aumento com os custos de energia comprada para revenda.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	1.117	3.706	3.581	6.539
Atualização monetária depósitos judiciais		11		11
Variações monetárias moeda estrangeira				7
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	72	288	113	356
Descontos obtidos	81	91	88	96
Multa contratual	5	1.700	5	1.700
Outras receitas financeiras	366	192	639	221
	1.641	5.988	4.426	8.930
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos	(81)		(88)	(29)
Encargos de dívidas	(14.136)	(12.120)	(18.295)	(17.249)
Atualização monetária de licenças ambientais	(22)	(50)	(58)	(131)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(264)	(1.359)	(340)	(1.419)
Atualização monetária contratos de mútuo	(430)	(3.121)	(430)	(3.121)
Benefícios pós-emprego	(612)	(405)	(612)	(405)
Outras despesas financeiras	(128)	(306)	(186)	(351)
	(15.673)	(17.361)	(20.009)	(22.705)
Total	(14.032)	(11.373)	(15.583)	(13.775)

29 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	129.324	115.412	129.324	115.412	145.935	126.141	145.935	126.141
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(32.331)	(28.853)	(11.639)	(10.387)	(36.484)	(31.535)	(13.134)	(11.353)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(68)	(113)	(24)	(41)	(68)	(113)	(24)	(41)
Multas indedutíveis	(1)	(2)		(1)	(1)	(2)		(1)
Despesas Indedutíveis					(39)		(14)	
Gratificações a administradores	(205)	(134)	(74)	(48)	(205)	(134)	(74)	(48)
Resultados de equivalência patrimonial	10.138	13.641	3.650	4.910				
Programa REFIS	1				1			
Juros sobre o capital próprio	4.814	6.813	1.733	2.452	5.531	6.813	1.991	2.452
Outros								
(Adição) Reversão de diferenças permanentes					(34)	(1)	(16)	(1)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(8)	183	30	58	1.690	183	623	58
Ajuste lucro presumido					2.507	13.423	903	4.514
Adicional IRPJ	24	24			182	241		
Programa de Alimentação do Trabalhador	263	45			263	45		
SUDENE	2.614	106			2.614	106		
Despesa de IRPJ e CSLL	(14.759)	(8.290)	(6.324)	(3.057)	(24.043)	(10.974)	(9.745)	(4.420)
Alíquota efetiva	11,41%	7,18%	4,89%	2,65%	16,48%	8,70%	6,68%	3,50%

30 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia e Consolidado para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de 2013, a Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Exercícios findos em 31 de Dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	108.241	104.065	108.241	104.065
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1.000.572	1.000.572	1.000.572	1.000.572
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,10818	0,10401	0,10818	0,10401

31 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

31.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e suas controladas. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31.2 Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	Categoria	Níveis	Controladora		Consolidado		
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
			Valor Justo		Valor Contábil		
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	3.873	9.315	3.873	9.315
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	20.691	7.601	20.691	7.601
Concessionárias		Empréstimos e recebíveis	Nível 1	30.235	24.225	30.235	24.225
Cauções e depósitos vinculados	11	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		4.912		4.912
Não circulante							
Partes relacionadas	9	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	965	834	965	834
Cauções e depósitos vinculados	11	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	793	743	793	743
				56.557	47.630	56.557	47.630
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	17	Outros ao custo amortizado	Nível 2	24.312	38.337	24.312	38.337
Partes relacionadas	9	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	72		72	
Debêntures	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	2.275	1.713	2.275	1.713
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	12.267	12.953	12.802	12.908
Não circulante							
Debêntures	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	119.600	119.459	119.600	119.459
Empréstimos e financiamentos	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	18.290	30.361	18.152	30.255
Partes relacionadas	9	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	256	543	256	543
				177.072	203.366	177.469	203.215
Consolidado							
Nota	Categoria	Níveis	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
			Valor Justo		Valor Contábil		
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	11.979	14.860	12.034	14.860
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	45.759	29.335	48.316	29.335
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	40.958	35.571	42.449	35.571
Cauções e depósitos vinculados	11	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		5.388		5.388
Não circulante							
Partes relacionadas	9	Valor justo por meio do resultado	Nível 2		5		5
Cauções e depósitos vinculados	11	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	6.745	6.251	6.745	6.251
				105.441	91.410	109.544	91.410
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	17	Outros ao custo amortizado	Nível 2	26.740	41.125	27.237	41.125
Partes relacionadas	9	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	72		72	
Debêntures	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	2.275	1.713	2.275	1.713
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	18.106	19.346	18.880	19.301
Uso do bem público	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	779		779	
Não circulante							
Debêntures	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	119.600	119.459	119.600	119.459
Empréstimos e financiamentos	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	70.345	88.291	70.207	88.185
Partes relacionadas	9	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	332	886	332	886
Uso do bem público	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	2.334		2.334	
				240.583	270.820	241.716	270.669

31.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia e suas controladas pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Cauções e depósitos vinculados: são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 11. O saldo do ativo não circulante refere-se, basicamente, a depósitos vinculados à dívida com o BNDES das controladas Santa Fé e Pantanal.

(iii) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iv) Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(v) Partes relacionadas: é composta por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo, e contrato de mútuo em condições reais de mercado.

(vi) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa taxa de remuneração de capital (WACC) que é de 7,6%.

31.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e suas controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e suas controladas:

Operação	Risco	Controladora								
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.743	1.337		3.080	770	1.541	(770)	(1.541)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(12.510)	(23.665)		(36.175)	(7.795)	(15.442)	7.950	16.060	
		(10.767)	(22.328)	-	(33.095)	(7.025)	(13.901)	7.180	14.519	
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(390)	(580)		(970)	(176)	(351)	176	351	
		(390)	(580)	-	(970)	(176)	(351)	176	351	
Consolidado										
Operação	Risco	Controladora								
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.043	1.482		5.525	1.381	2.763	(1.381)	(2.763)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(12.510)	(23.665)		(36.175)	(7.795)	(15.442)	7.950	16.060	
		(8.467)	(22.183)	-	(30.650)	(6.414)	(12.679)	6.569	13.297	
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(4.214)	(12.100)	(4.253)	(20.567)	(3.739)	(7.477)	3.739	7.477	
		(4.214)	(12.100)	(4.253)	(20.567)	(3.739)	(7.477)	3.739	7.477	

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de suas controladas.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 10,50% e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

31.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados na nota 19.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetuadas.

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

31.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia e suas controladas apresentados nas notas 18 e 19, possuem como contraparte para empréstimos e financiamentos o BNDES, Eletrobrás e Banco do Brasil e para as debêntures o agente fiduciário Oliveira Trust. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e suas controladas criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas possuem um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Como riscos de mercado associados às taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

31.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 32.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia e de suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros vincendos não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 32.1.

31.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas de não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e suas controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

31.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2013.

32 Compromissos contratuais e Garantias**32.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora				
	31/12/2013				
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	38	19	19		
Obrigações de compra	41.926	27.482	13.324	1.116	4
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	37.058	13.905	21.020	2.133	
	79.022	41.406	34.363	3.249	4
	Consolidado				
	31/12/2013				
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	44	21	23		
Obrigações de compra	56.338	35.634	19.295	1.405	4
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	55.466	17.346	26.842	6.524	4.754
	111.848	53.001	46.160	7.929	4.758

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro
Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu Diretor de Sustentabilidade	Álvaro Jorge Guerreiro de Sousa Diretor	André Luiz de Castro Pereira Diretor
José Cherem Pinto Diretor	André Luís Nunes de Mello Almeida Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade	Ana Paula Marzano Cerqueira Contadora - CRC 1SP204118/O-8	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Energest S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Energest S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Energest S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2013,

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia e suas controladas.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e suas controladas.

32.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aval de acionista	22.966	21.047	22.966	21.047
Depósito Cauconado	793	5.655	6.743	11.639
Fiança Corporativa			57.895	63.589
Penhor de Ações			86.371	86.371
Seguro garantia	445	445	445	445
Penhor de direitos			57.895	63.589
	24.204	27.147	232.315	246.680

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua maioria, refere-se aos contratos de seguro de vida.

Depósito Cauconado: São depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras. O saldo de Depósito Cauconado, em sua maioria, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos e de compra e venda de energia.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. O saldo de Penhor de ações, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Seguro garantia: O Seguro garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo de Seguro garantia, refere-se aos Contratos de compra e venda de energia.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé e da Pantanal, compreendendo, mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de direitos, em sua totalidade, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

33 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia constituiu Dividendos a receber no montante de R\$49.128 e Dividendos a pagar no valor de R\$59.841. Todas estas atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
Usinas	392.436	507.195
Prédios e conteúdos (terceiros)	1.791	1.791
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	22.965	23.922

35 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia e suas controladas por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental da Controladora em 2013 foram de R\$1.172 (R\$1.674 em 31 de dezembro de 2012) e de suas controladas R\$953 (R\$486 em 31 de dezembro de 2012). Do total gasto, foram capitalizados no exercício pela Controladora R\$153 e suas controladas R\$82, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida no resultado do exercício foram registrados pela Controladora R\$1.019 e suas controladas R\$871, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, pois não são requeridas pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2013, com opinião sem ressalvas e parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

Nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não contêm modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014


PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
 Contador CRC 1SP165875/O-6